

RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.943 - RS (2019/0087390-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : TERESA CRISTINA FERNANDES MOESCH - RS008227
LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A
SHERON GUTERRES DOS SANTOS E OUTRO(S) - RS093996
RECORRIDO : ADECENIR PORFIRIO
ADVOGADO : PATRÍCIA CASSOL DE LIMA - RS073874

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. BRASIL TELECOM / OI. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MULTA DO ART. 523, §1º DO CPC/15. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA PARTE PARA PAGAMENTO VOLUNTÁRIO. INOCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO.

1. Da multa do art. 523, §1º do NCPC. Com efeito, o art. 523, §1º do CPC/15 determina que “não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.” Na mesma esteira é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça em julgamento de Recurso Especial Repetitivo (REsp nº 1.262.933/RJ).

In casu, em não havendo a intimação da parte recorrida para pagamento espontâneo do débito, não há que se falar na incidência dos acréscimos legais, motivo pelo qual correta a decisão agravada no ponto que intimou o recorrente a retificar sua memória de cálculo.

2. Da determinação de arquivamento do feito/habilitação do recorrente no juízo da Recuperação Judicial. Recentemente, foi encaminhado a esta Corte, por parte do juízo da Recuperação Judicial, o Ofício nº 613/2018/OF, onde restou determinado, em seu item 3, que “Os processos que tiverem por objeto créditos extraconcursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito. Com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de

eventual impugnação ou embargos, o Juízo de origem expedirá ofício ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade de pagamento do débito.” In casu , impõe-se a reforma da decisão agravada no ponto que determinou o arquivamento do feito e que o agravante se habilitasse nos autos da Recuperação Judicial da recorrida, porquanto tal procedimento vai de encontro com as diretrizes estabelecidas pelo juízo recuperacional em relação aos créditos extraconcursais. Precedentes da Corte.

DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME." (e-STJ,fl. 113/114)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl.146/151)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 1.022 do Código de Processo Civil , por negativa de prestação jurisdicional e art. 49 e 59 da Lei 11.101/05 e divergência jurisprudencial, sustentando, que os créditos existentes na data do pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, a ela estarão sujeitos, de modo que o crédito destes autos, oriundo de responsabilidade civil por fato preexistente ao momento do deferimento da recuperação judicial, deve ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação.

Defende que a definição da natureza do crédito, se concursal ou extraconcursal, não se dá com a constituição formal do título executivo, mas, sim, através da análise do momento em que ocorreu o fato lesivo que originou a pretensão autoral. Em sendo assim, o crédito da recorrida é anterior ao requerimento de recuperação judicial, apresentado pelo Grupo OI em 20.06.2016, estando sujeito à Recuperação Judicial e, por isso, deverão ser pagos na forma do Plano aprovado, nos moldes do art. 59 da Lei nº 11.101/05.

Apresentadas contrarrazões às fls. 269/272 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal de origem concluiu que os créditos perseguidos nos presentes autos não se submeteriam ao crivo do juízo universal, uma vez que o trânsito em julgado da sentença da fase de conhecimento ocorreu depois da data do deferimento da recuperação judicial da executada, senão vejamos:

"Destarte, os créditos concursais (constituídos antes de 20.06.16) devem ser atualizados até a data da aprovação do plano; constituído o título, deve ser emitida certidão à parte autora para fins de habilitação do crédito no juízo da recuperação judicial e a demanda extinta.

Em contrapartida, os créditos extraconcursais (fato gerador constituído após 20.06.16) devem prosseguir até a liquidação do quantum debeatur e do trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, momento a partir do qual o juízo competente emitirá ofício ao juízo recuperacional para fins de pagamento do débito dentro dos próprios autos onde houve a cobrança.

Analisando os autos, verifico que o fato gerador foi constituído após a aludida data (trânsito em julgado em 05.07.16 – fl. 54), motivo pelo qual, por se tratar de crédito extraconcursal, é descabido o arquivamento do feito e expedição de certidão para habilitação do crédito no juízo recuperacional.

Logo, deve o juízo a quo emitir ofício ao juízo recuperacional para determinar o pagamento do crédito nos presentes autos, não havendo que se falar no arquivamento destes no presente momento processual." (e-STJ fl. 120)

Ocorre que conforme entendimento jurisprudencial consolidado por este Superior Tribunal de Justiça, quando o crédito perseguido advém de fato preexistente à data de deferimento do pedido de recuperação judicial, como é o caso dos autos, deve ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial, sendo irrelevante a data do trânsito em julgado do provimento judicial que o reconheceu, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005. Sobre o tema:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. SERVIÇO PRESTADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXISTÊNCIA. SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSTERIOR SENTENÇA DECLARATÓRIA DO CRÉDITO. ATO JUDICIAL QUE DECLARA O CRÉDITO JÁ EXISTENTE EM TÍTULO

JUDICIAL. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O art. 49 da Lei 11.101/2005 prevê que "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos", o que conduz à conclusão de que a submissão de um determinado crédito à Recuperação Judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, mas apenas que seja referente a fatos ocorridos antes do pedido.

2. O art. 7º da Lei 11.101/2005 afirma que o crédito já existente, ainda que não vencido, pode ser incluído de forma extrajudicial pelo próprio Administrado Judicial, ao elaborar o plano ou de forma retardatária, evidenciando que a lei não exige provimento judicial para que o crédito seja considerado existente na data do pedido de recuperação judicial.

3. O crédito trabalhista, relativo ao serviço prestado em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, submete-se ao respectivo procedimento e aos seus efeitos, atraindo a competência do Juízo da Recuperação Judicial, para processar a respectiva habilitação, ainda que de forma retardatária. Precedentes da Terceira Turma.

4. Conflito conhecido e provido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial.

(CC 139.332/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 30/04/2018)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO DANOSO OCORRIDO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO RECUPERACIONAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA POSTERIORMENTE. IRRELEVÂNCIA.

1. Ação ajuizada em 20/5/2013. Recurso especial interposto em 27/9/2017 e concluso ao Gabinete em 8/3/2018.

2. O propósito recursal é definir se o crédito de titularidade das recorridas, decorrente de sentença condenatória transitada em julgado após o pedido de recuperação judicial do devedor, deve sujeitar-se ao plano de soerguimento.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões controvertidas, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

4. Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição

do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua quantificação. Precedente.

5. Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora.

6. Recurso especial provido.

(REsp 1727771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018)

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO DE CRÉDITO EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "DEMANDA ILÍQUIDA". APLICAÇÃO DO § 1º DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005. CRÉDITO REFERENTE À AÇÃO INDENIZATÓRIA. OBRIGAÇÃO EXISTENTE ANTES DO PEDIDO DE SOERGUIMENTO. INCLUSÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/2005. RECURSO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, pois o eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha a examinar uma a uma as alegações e os argumentos expendidos pelas partes. Ademais, não se configura omissão quando o julgador adota fundamento diverso daquele invocado nas razões recursais.

2. No caso, verifica-se que a controvérsia principal está em definir se o crédito decorrente de sentença condenatória, proferida em autos de ação indenizatória ajuizada antes do pedido de soerguimento, submete-se, ou não, aos efeitos da recuperação judicial em curso.

3. A ação na qual se busca indenização por danos morais - caso dos autos - é tida por "demanda ilíquida", pois cabe ao magistrado avaliar a existência do evento danoso, bem como determinar a extensão e o valor da reparação para o caso concreto.

4. Tratando-se, portanto, de demanda cujos pedidos são ilíquidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, sendo determinado o valor do crédito, deverá ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial. Interpretação do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.

5. Segundo o caput do art. 49 da Lei n. 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do

pedido, ainda que não vencidos.

6. A situação dos autos demonstra que o evento danoso, que deu origem ao crédito discutido, bem como a sentença que reconheceu a existência de dano moral indenizável e dimensionou o montante da reparação, ocorreram antes do pedido de recuperação judicial.

7. Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora.

8. Recurso especial provido.

(REsp 1447918/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/04/2016, DJe 16/05/2016)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar que o crédito objeto da presente demanda seja submetido ao plano de recuperação judicial da empresa demandada.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator